



Entrevista

PAULO F. GIARETA

TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE - ENTREVISTA COM PROF. DR. PAULO FIORAVANTE GIARETA¹

POR

Sandra Aparecida Machado e Sheila Fabiana de Quadros

NA CONDIÇÃO DE DOCENTE DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, COMO VOCÊ PERCEBE OS ENFRENTAMENTOS QUE ARTICULAM TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE JUNTO AO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA INICIAL?

O debate sobre tecnologias e educação acompanha a própria história da educação. Esse é um debate que sempre esteve presente, porque a educação sempre se utilizou de avanços tecnológicos, desde as formas mais rudimentares de tecnologia até as formas modernas de tecnologia informacional e das Big Data, e agora, a chamada Inteligência Artificial (IA).

A tecnologia é um dado da cultura, produto da cultura humana, posicionada como característica da expressão histórica do gênero humano, e se a educação é a forma de o

a tecnologia, como dado e ferramenta da cultura, é sempre bem-vinda e necessária na educação, e conseqüentemente, na formação dos sujeitos que trabalham com a educação – na formação docente.

indivíduo acessar o que é da expressão do gênero humano no seu tempo histórico, por consequência, não há conflito entre tecnologia e educação-formação. Explicando de outro modo, a tecnologia, como dado e ferramenta da cultura, é sempre bem-vinda e necessária na educação, e conseqüentemente, na formação dos sujeitos que trabalham com a educação – na formação docente.

O desafio central está na forma de apropriação da tecnologia no modelo de sociabilidade que produzimos. Ao longo do século XX, os avanços da sociabilidade capitalista estruturaram-se pela racionalização científica do trabalho, enquanto usurpação da autonomia do saber-fazer do trabalhador, com profundo processo de estranhamento-alienação das relações de trabalho, também dos trabalhadores da educação. O trabalho passou a responder por profunda submissão ao capital-mercado.

Portanto, ontologicamente, a própria expressão da cultura humana, e por isso, também as experiências do gênero humano passam a responder por igual submissão. Logo, se a tecnologia é um dado da cultura humana e a expressão da cultura está submissa ao capital, por que a tecnologia não estaria? É aqui que está o desafio da relação tecnologia e educação-formação, porque a submissão é viabilizada por uma inversão que promove o abandono da relação tecnologia e educação-formação para a relação treinamento da educação-formação para o uso de tecnologia.

A partir dessa lógica, abandona-se o debate sobre a contribuição da tecnologia para o processo educativo-formativo e passa-se a compreender a tecnologia como um ati-

¹ Professor Paulo Fioravante Giareta é Pós Doutor em Educação, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua como professor da Pós Graduação em Educação pela mesma universidade. É Doutor em Educação e pesquisador da área.

vo econômico na educação-formação. A tecnologia deixa de ser uma ferramenta a serviço do processo educacional e passa a responder como fim último da educação. Promove um reducionismo formativo em que a promoção intelectual e a promoção da cultura tecnológica na formação do professor acabam minimizadas para dar espaço à formação-treinamento docente para o uso de tecnologia, sob o signo da inovação tecnológica do trabalho docente.

O advento do século XXI radicalizou esse modelo de sociabilidade capitalista, elevando a usurpação técnico-objetiva do saber-fazer do trabalhador para níveis de usurpação e disciplinamento da própria subjetividade do trabalhador, também do trabalhador da educação. Esse disciplinamento é profundamente impulsionado pela apologia do autodidatismo formativo viabilizado pelo mercado das tecnologias, capitaneados pelos conglomerados econômicos (empresas de tecnologia) das chamadas Big Techs.

Convém destacar que, do ponto de vista da discussão da formação do trabalhador da educação, a atual caracterização do uso da tecnologia para a formação docente já representa um debate que extrapola a relação tecnologia e educação-formação e alcança a própria identidade profissional dos docentes. Isso porque os conglomerados empresariais das Big Techs têm reduzido ou quase nenhum compromisso com a economia produtiva, mas se estruturam como ativo da economia especulativa. Por exemplo: o que produz o grupo Meta? A Google? Nesse sentido, o debate já exige uma análise sobre a própria identidade profissional do docente formado a partir dessas estratégias de mercado.

A PESQUISA CONSTITUI UM DOS PILARES DO TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO JUNTO ÀS UNIVERSIDADES, E CONSEQUENTEMENTE, AOS PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES. NESSE SENTIDO, COMO VOCÊ PERCEBE A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EIXOS JUNTO AOS ESPAÇOS FORMATIVOS? O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS PODE AFETAR O PROCESSO DE ALGUMA MANEIRA?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em seu artigo 62, já previa, no texto original, que a formação docente para atuar na Educação Básica, deve ser em nível superior, em curso de licenciatura, em universidades. A pedagogia universitária, por sua vez, na Constituição de 1988, é assumida como modelo de referência para a formação em nível superior no sistema educacional brasileiro, tendo como característica central a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, reclamar a formação docente via pedagogia universitária implica compreender a riqueza político-pedagógica da relação orgânica-viva entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, implica compreender que a formação intelectual do professor exige uma pedagogia universitária capaz de ensinar o que se pesquisa, pesquisar o que se ensina, e compreender que o que se pesquisa e ensina encontra sentido social e histórico na extensão.

Especificamente, para a formação docente, em nosso grupo de pesquisa (Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores [GForP] da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul [UFMS] – Campus de Três Lagoas [CPTL]), essas dimensões são compreendidas como compromisso com a formação técnica (ensino), científico-pedagógica (pesquisa) e sociopolítica (extensão) do professor.

Conforme definido pelo próprio GForP, a dimensão técnica da formação de pro-

fessores alcança o compromisso da universidade para com o ensino, traduzida no esforço qualificado de conferir possibilidades para os candidatos à docência acessarem o conjunto de conhecimentos que compõe os fundamentos da sua atuação como profissional. Essa dimensão apresenta-se tanto mais qualificada quanto mais consegue se estruturar a partir do exercício da pesquisa, enquanto cultivo da relação direta com a dimensão pedagógico-científica.

Em outros termos, a dimensão técnica da socialização dos conhecimentos historicamente acumulados na área de atuação-formação do docente tanto precisa alimentar novos exercícios de produção de conhecimento quanto retroalimentar, pedagógica e didaticamente, os saberes e práticas necessários ao exercício da docência. Esse exercício dialético chama a dimensão sociopolítica da formação do docente enquanto capacidade de provocar a práxis social e histórica como princípio e função última do saber-fazer docente comprometido com a transformação social.

Como o uso das tecnologias na educação podem contribuir com um projeto de formação tão amplo? Ele só pode enquanto ferramenta de apoio. Qualquer deslocamento prevendo a tecnologia como fim último do processo formativo fatalmente artificializará esse projeto de formação. Especificamente, para a dimensão da pesquisa (dimensão científico-pedagógica) na formação docente, essa compreensão orgânica-viva desloca-se do exercício restritivo, artificial, formal da epistemologia da prática, demandando compromisso com a práxis social concreta. Expresso de outra forma, implica em reconhecer a pesquisa como eixo articulador de um projeto de formação docente capaz de considerar os condicionantes políticos, econômicos e sociais que permeiam a ação educacional.

Qualquer deslocamento prevendo a tecnologia como fim último do processo formativo fatalmente artificializará esse projeto de formação

Isso não é possível pela via da socialização tecnológica do acumulado de informações já produzidas, mas demanda um exercício capaz de conferir sentido histórico, concreto e atual para o conjunto do conhecimento historicamente sistematizado. A tecnologia não dispõe de inteligência orgânica para viabilizar tal projeto formativo.

NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO COMO UM TODO, OBSERVAMOS O AVANÇO DAS PLATAFORMAS VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM PARA ALÉM DO ENSINO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD). ASSIM, A IA APRESENTA-SE COMO FATOR IMPORTANTE A SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO, JUNTAMENTE COM A PREOCUPAÇÃO DE SUA UTILIZAÇÃO INADEQUADA NO ÂMBITO DA PESQUISA. COMO ANALISA ESSE CONTEXTO? COMO ESSAS FERRAMENTAS PODEM OU NÃO CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO DOCENTE?

A partir dos estudos e pesquisas do GForP, analisamos que toda proposta de organização das relações sociais e culturais na sociabilidade capitalista se apresenta com forte carga contraditória. Aqui, contraditório no sentido conceitual de contradição, não no sentido de antagonismo, mas no sentido de possibilidade histórica.

A instrumentalização das tecnologias no campo da educação, especialmente no âmbito das políticas e práticas de formação docente, no atual modelo de sociabilidade capitalista, via Inteligência Artificial (IA), representa dialeticamente uma oportunidade de

percepção dos limites dos modelos informacionais de educação-formação. A Inteligência Artificial não é inteligência, porque não dispõe de interação orgânica com a realidade concreta, também não é artificial, já que obedece a um comando matemático para manuseio de informações disponíveis em rede, agora de forma deslocada da relação orgânica em que foi produzida.

Portanto, o que estamos chamando de Inteligência Artificial é, metodologicamente, a radicalização da intelectualidade abstrata, a-histórica e informacional. Talvez esse modelo de inteligência possa servir para nos ajudar a abandonar de vez esses modelos formativos e intelectuais desprovidos de sentido histórico e nos voltar para projetos de formação docente comprometidos com o que chamamos de dimensão técnica (ensino), científico-pedagógica (pesquisa) e sociopolítica (extensão).

É claro que, embora operemos sob o princípio da contradição, para anunciar cam-

A instrumentalização econômica da Inteligência Artificial tende a forçar sua entrada no processo educativo até o limite da própria negação da necessidade da mediação docente, mas essa radicalização só é possível mediante a artificialização radical da existência social e cultural do que é humano

pos de possibilidades, não podemos guardar expectativas ingênuas em relação à instrumentalização da Inteligência Artificial como ativo econômico na sociedade capitalista. A instrumentalização econômica da Inteligência Artificial tende a forçar sua entrada no processo educativo até o limite da própria negação da necessidade da mediação docente, mas essa radicalização só é possível mediante a artificialização radical da existência social e cultural do que é humano. Isso seria a

negação orgânica de nossa existência social e a própria negação histórica do gênero humano. Isso não é possível, a não ser que optemos pela nossa extinção intelectual e cultural. Eis a contradição como possibilidade histórica, ou seja, na sociabilidade capitalista, no limite da contradição está a barbárie ou a possibilidade histórica.

Ainda convém destacar que à formação sempre está acoplado o ativismo profissional, ou seja, quando buscamos uma formação, temos, no horizonte, a atuação profissional na área de formação e, portanto, ela sempre tem uma relação direta com o trabalho. A esta altura já está claro para os leitores que, na sociabilidade capitalista, o trabalho está submisso ao capital, e por isso também está submissa a formação do trabalhador, e por consequência, as ferramentas disponíveis para sua formação (tecnologias). É aqui que está o peso maior da apropriação e instrumentalização da chamada Inteligência Artificial na relação formação-trabalho docente.

GOSTARIA DE INDICAR ALGUMAS LEITURAS SOBRE A RELAÇÃO FORMAÇÃO-TRABALHO DOCENTE E TECNOLOGIA?

Posso indicar textos decorrentes das pesquisas que realizamos no âmbito do nosso grupo de estudo e pesquisa (GForP). Vamos lá:

GIARETA, P. F.; SANTOS, V. L. F. dos; SOUSA, V. L. de. EaDização como Projeto de Formação de Professores: a formação do pedagogo no Estado de Mato Grosso do Sul: Eadization as a Teacher Education Project: Pedagogue education in the State of Mato Grosso do Sul. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 28, 2024;

GIARETA, P. F.; ZILIANI, A. C. M.; SILVA, L. A. da. A BNC-Formação e a formação docente em cursos de licenciatura na Universidade Brasileira: a formação do professor intelectual

em disputa. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 9, p. 1-20, 2023;

GIARETA, P. F.; EDUARDO, C. G. de M.; QUADROS, S. F. de. O reformismo curricular no Brasil e as implicações para o trabalho-formação docente: aproximações teóricas. **Interfaces da Educação**, 15(43), 235–255, 2024;

GIARETA, P. F. **Função Social da Universidade**: reflexos do pacto proposta pela Unesco na pedagogia universitária para formação de professores. [tese] Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.